

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES – EFPH
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LUIZ CARLOS ALVES GONTIJO

ASPECTOS DA ECONOMIA E SOCIEDADE NA AMÉRICA
PORTUGUESA: “FORMAÇÃO DO BRASIL
CONTEMPORÂNEO” E AS CONTRIBUIÇÕES DE CAIO PRADO
JÚNIOR PARA A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.

GOIÂNIA

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES – EFPH
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

LUIZ CARLOS ALVES GONTIJO

ASPECTOS DA ECONOMIA E SOCIEDADE NA AMÉRICA
PORTUGUESA: “FORMAÇÃO DO BRASIL
CONTEMPORÂNEO” E AS CONTRIBUIÇÕES DE CAIO PRADO
JÚNIOR PARA A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito para obtenção da graduação em Licenciatura em História sob a orientação da Prof.^a Ma. Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva.

GOIÂNIA
2022

LUIZ CARLOS ALVES GONTIJO

**ASPECTOS DA ECONOMIA E SOCIEDADE NA AMÉRICA
PORTUGUESA: “FORMAÇÃO DO BRASIL
CONTEMPORÂNEO” E AS CONTRIBUIÇÕES DE CAIO PRADO
JÚNIOR PARA A HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA.**

Monografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica
de Goiás como requisito para obtenção da graduação em
Licenciatura em História

BANCA EXAMINADORA:

Examinador(a):

Dra. Maria Cristina Nunes Ferreira Neto

Orientador(a):

Ma. Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva

**GOIÂNIA
2022**

AGRADECIMENTOS

Todo o caminho a ser traçado requer planejamento para que haja a obtenção do sucesso, uma vez que estamos em uma relação de interdependência dentro de uma sociedade há de se esperar um comportamento adequado para cada grupo social envolvido.

Gostaria de agradecer inicialmente aos vínculos mais próximos e íntimos do âmbito familiar, minha querida esposa Leila Cristina Vieira de Melo já formada em 2011 pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás no curso de Pedagogia fez parte de $\frac{3}{4}$ da minha graduação. Como mulher, sempre me apoiou em todos os sentidos, no âmbito financeiro e principalmente no emocional, sempre me incentivando a perseguir os meus sonhos e atingir a tão sonhada formatura.

Dentro desses quatro anos de formação acadêmica, muitas coisas aconteceram, a mais feliz dela foi o nascimento de meu filho Luiz José Gontijo, nascido dia 19 de março de 2020, ao qual dedico esse trabalho de conclusão de curso. Por ele e por minha família que me orgulho desta profissão, ao qual de fato me encontrei enquanto ser humano. Já havia iniciado cinco cursos acadêmicos em distintas áreas e jamais senti o interesse em finalizá-los, o curso em licenciatura em História é um projeto de vida que me apetece cada vez mais, já há um ano e meio que trabalho em sala de aula e a conclusão dessa etapa é a confirmação da vida que d seguir, seguir sempre lecionando e explanando os contextos históricos dentro de nossa sociedade tão fragilizada e carente de fontes informativas e reflexivas.

Todavia, seria impossível adquirir o saber científico sem uma instituição que me apoiasse com estrutura e professores extremamente qualificados, dentre estes, gostaria de ressaltar o significado que dois dos mesmos exerceram sobre minha trajetória; Me. Antônio Luiz, gênio, justo e que instiga de maneira científica a escrita da história, foram várias disciplinas das quais levarei indicações textuais e aprendizados científicos e humanos para uma vida toda. Outra professora ao qual gostaria de agradecer imensamente se chama Simone Cristina Schmaltz de Rezende e Silva, Mestre de profunda excelência em vários campos do conhecimento histórico. A vida nos proporciona pessoas encantadoras que nos ajudam, orientam e nos ensinam coisas das quais nem pensara em aprender, transmitir conhecimento científico de maneira humana é uma raridade em um profissional de história, por obra do destino, apenas humildemente devo agradecer.

Portanto, essas experiências e relações são o que marcam a vida de um acadêmico de história, algo que será inesquecível em minha vida, e agradeço a todo o corpo docente, administrativo e a coordenação na sua organização que a excelente Pontifícia Católica de Goiás me proporcionou ao longo de quatro anos.

RESUMO

A proposta apresenta os aspectos econômicos e sociais observada através do historiador Caio Prado Júnior e sua obra “Formação do Brasil contemporâneo” embasada em outros autores e obras. O objetivo é trazer características a respeito da economia e da sociedade com o intuito de expor a vida do africano escravizado dentro do século XVI até 1822. A intenção é entender como a inserção do africano escravizado fora realizada no Brasil Colônia, por conseguinte compreender os reflexos de tais momentos até os dias atuais. A historiografia mais recente apresenta as diversas atividades exercidas pelos escravos em ambientes rurais e urbanos, ao mesmo tempo em que reforça a violência da relação que envolveu o trabalho compulsório.

Palavras-chave: Escravidão, Africanos, Economia-colonial, América Portuguesa.

ABSTRACT

The proposal presents the economic and social aspects observed through the historian Caio Prado Júnior and his work “Formation of contemporary Brazil” based on other authors and works. The objective is to bring characteristics about the economy and society in order to expose the life of the enslaved African within the sixteenth century until 1822. The intention is to understand how the insertion of the enslaved African was carried out in Colonial Brazil, therefore, to understand the reflexes of such moments until the present day. The most recent historiography presents the various activities carried out by slaves in rural and urban environments, while reinforcing the violence of the relationship that involved compulsory labor.

Keywords: Slavery, Africans, Colony-Economy, Portuguese-America.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8.
CAPÍTULO 1- FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO: CAIO PRADO JÚNIOR E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA DOS ASPECTOS ECONÔMICOS DO BRASIL COLÔNIA.....	10.
CAPÍTULO 2-ECONOMIA: A escravidão como o pilar de sustentação das principais atividades econômicas.....	17.
2.1- A Agricultura	17.
2.2. A Mineração.....	22.
2.3. A exploração do trabalho escravo no Brasil Colônia: Atividades diversas e o desejo de liberdade.	28.
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..	36.

INTRODUÇÃO

A figura do africano observada através de um clássico ajuda a trazer mais informações em detrimento ao senso comum, ainda que toda a perspectiva varie aos olhos de quem as observa. A proposta é entender como a inserção do africano escravizado fora realizada no Brasil Colônia, por conseguinte compreender os reflexos de tais momentos até a primeira metade do século XX. Quando se fala em movimentos sociais e combates ao racismo, faz-se necessário a compreensão de suas origens.

Com a chegada do Europeu colonizador na América, algumas prioridades se estabeleciam a fim de alimentar a Metrópole, com Portugal colonizando o território que conhecemos hoje como Brasil não seria diferente. Portanto, esse trabalho tem por norte se inspirar na obra “Formação do Brasil Contemporâneo” e o assunto com destaque para a figura do africano escravizado e suas contribuições dentro dessa sociedade.

O emprego de mão de obra escrava variará conforme o local onde se encontra inserido, majoritariamente entre os séculos XVI ao XVIII. O africano será trazido para servir de mão de obra escrava primeiramente nas grandes plantações e engenhos da cana-de-açúcar, posteriormente para a atividade mineira, os escravos realizaram outras atividades, principalmente em regiões mais urbanizadas, sendo nomeados como “escravos de ganho”, aqueles que prestam serviços para seus proprietários em núcleos aglomerados de pessoas.

A inserção dos escravizados vindo de regiões africanas, tinha por objetivo de substituir o indígena, visto que a adaptação ao esforço diário não ocorrera de forma esperada pelos colonizadores, além do negro escravizado ser uma valiosa “peça” de valor comercial. (JUNIOR, Caio Prado pg.101-102. 1942).

O recorte temporal dar-se do século XVI até o início do século XIX, precisamente até 1822, visto que a proposta é trabalhar o Brasil Colônia, o que pode generalizar alguns assuntos pertinentes ao capitalismo mercantil. O aspecto econômico será o norte para a compreensão das relações servis, burocráticas e administrativas, visto sob o olhar de Caio Prado Júnior, como também embasado em outros autores da historiografia brasileira.

Esta monografia está dividida em dois capítulos, o primeiro tratará sobre a alguns aspectos da trajetória de vida do autor Caio Prado Júnior, as características

inerentes a um dos mais relevantes escritores da história do Brasil, abordará aspectos a respeito de sua formação acadêmica e profissional, sua influência ideológica e os autores que dissertaram sobre ele. Veremos principalmente quais os principais autores que o influenciaram e como a sua inserção se deu em uma classe social distinta as de suas origens.

Adiante, ao expor sobre a obra fundamental desse trabalho: “Formação do Brasil contemporâneo”, escrita por Caio Prado Júnior e publicada em 1942 buscase aspectos historiográficos para a formação da sociedade brasileira. Há também outras fontes e autores que dialogam com a obra em questão, com o intuito de fortalecer os argumentos e posicionamentos fundamentalmente sobre a economia. Dentro ainda desse segundo capítulo veremos como alguns autores tratam a sua forma de escrita e de narrativa histórica e quanto isso contribui para o desenvolvimento da história do Brasil.

O segundo capítulo contemplará o sistema econômico na América Portuguesa do século XVI ao início do Século XIX. Obtendo como norte o papel do africano escravizado para a expansão econômica colonial. Este capítulo será organizado em três temas: no primeiro será tratado sobre a Agricultura, como se deu dentro da economia colonial, como o escravo era adquirido, como trabalhava e qual forma de trabalho era utilizada. No segundo trata sobre o escravo minerador, seja o de aluvião (em grande maioria) ou o de minas, trata o modo e jornada de trabalho, situações como compra, troca e venda e os meios de condições de vida. Por fim o terceiro tratará os meios com os quais os escravos trabalhavam dentro dos núcleos urbanos, e conseqüentemente seus principais afazeres e profissões, assim como o desejo de liberdade que muitos anseiam.

CAPÍTULO 1:

FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO, CAIO PRADO JÚNIOR E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIOGRAFIA DOS ASPECTOS ECONÔMICOS DO BRASIL COLÔNIA

Caio da Silva Prado Júnior nascido em 11 de fevereiro de 1907, em uma influente família de políticos paulistanos, ligados aos mais tradicionais meios sociais da época. Sua primeira formação foi orientada por um professor particular dos filhos da elite da época. Em 1918, o sociólogo ingressou no tradicional Colégio Jesuíta São Luís, em São Paulo, para a sua formação secundária. Em 1920, por problemas de saúde de um dos seus irmãos, a família morou em Eastbourn, na Inglaterra, onde o jovem pensador frequentou o Colégio Chelmsford Hall durante o ano. Ao regressarem para o Brasil, Prado retorna ao Colégio São Luís, onde concluiu os estudos básicos, de acordo com Fernandes. F.

Foi professor em Economia Política pela Universidade de São Paulo, e fundou junto a Arthur Neto, Maria José Dupré e Monteiro Lobato, a Editora Brasiliense. Sua formação perpassa várias áreas, escritor, historiador, sociólogo, político, editor de livros, características de um homem culto do início do século XX, que consiste na formação em várias áreas de conhecimento.

Autor fundamental para a historiografia brasileira, Caio Prado Júnior contribuiu de forma abrangente e nos mais variados aspectos, trazendo um olhar mais aguçado utilizando fontes primárias em suas pesquisas para a formação social e econômica de do século XVI ao século XIX.

Em 1931 Prado afastou-se da república instaurada por Getúlio Vargas, decepcionado com os rumos que o país estava tomando. É nessa época que se filia de vez ao Partido Comunista Brasileiro e passa a fazer oposição ao regime ditatorial getulista.

Caio Prado Júnior torna-se membro do Partido Comunista, que detém uma força política ainda branda, sem uma expressão numérica, mas já com um programa ideológico definido e radical. Nesse novo partido, ele vai se entregar ao trabalho de organização então do proletariado, não ocupa neste momento cargos expressivos; é um militante comum que trabalha nas organizações da base.

Nesses primeiros momentos de participação e de militância comunista, entra em contato com gente bem diversa das quais ele sempre conviveu, afinal a sua origem de homem da alta burguesia agora então se misturaria ao povo mais modesto e trabalhador, conhecido com o operariado. Essa escolha então mudará a sua vida (NOVAIS, 2002. Pag. 106.).

Em 1933, Caio Prado viaja para a União Soviética no momento em que o bloco era comandado por Stálin¹. Nesse mesmo ano, ele publicou o seu primeiro livro, *Evolução política do Brasil*, e no ano seguinte, publicou o livro *URSS – um novo mundo*. Em 1934, na Universidade de São Paulo, Prado atuou como pesquisador na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, aproximando-se dos departamentos de História e Geografia da universidade, e participando da fundação da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB). Em 1935, o pensador tornou-se presidente da Aliança Nacional Libertadora².

Em 1942, ele publicou o livro que viria a ser o mais importante de sua obra, *Formação do Brasil Contemporâneo*. Esse livro colocou-o no *hall* dos grandes intérpretes do Brasil, ao traçar a historiografia brasileira por meio de um viés materialista histórico³, mas com um pensamento próprio e original do autor.

Para explanar sobre sua biografia e conseqüentemente sobre suas influências para a historiografia, um de seus biógrafos traz informações detalhadas a respeito de sua trajetória e interpretação de suas obras. Carlos Guilherme Santos Sêroa da Mota traz os nortes estudados por Caio Prado Júnior, onde o mesmo se encontra relacionado ao Partido Comunista Brasileiro e mantendo diálogo com outros pensadores, alguns marxistas, outros não.

Sobre Caio Prado Júnior, há diversas obras que tratam sobre sua vida e suas publicações. Um dos biógrafos mais recentes a publicar um livro. Ricardo Musse. Ao trazer a visão marxista do autor em questão, que se esforça para trazer a teoria e a prática do Partido Comunista Brasileiro, segue: o perfil que se delineia não é o de um intérprete defasado e datado do Brasil, tampouco o de um precursor do rigor científico das monografias especializadas da cultura universitária, mas a figura ímpar de um marxista brasileiro, com sua heterodoxia e seu esforço para

¹ A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi uma nação existente entre 1922 e 1991, resultado direto da Revolução Russa e obteve alguns líderes dentro deste período, Josef Stalin foi um revolucionário político que liderou este governo entre 1924 e 1953.

² A Aliança Nacional Libertadora foi uma organização política fundada pelo Partido Comunista do Brasil em 1935. A organização surge como com um grupo de militares e intelectuais, socialistas e comunistas indignados com o governo de Getúlio Vargas.

³ Teoria política abordada por Karl Marx e Friedrich Engels a respeito da organização social dentro de uma sociedade industrializada, a classificando como unidades de classes e a manutenção do status quo.

oxigenar a teoria e a prática de um PCB fossilizado pelo positivismo tenentista (MUSSE,2008).

A respeito então da opinião de Musse sobre Caio Prado Júnior, entende-se por uma reverência sobre a importância do serviço historiográfico do mesmo, visto que trouxe uma nova forma de escrever história e com maior flexibilidade ante aos escritores anteriores. Estabelecer um ideal de que a história tem seus procedimentos científicos, mas que permitem novas formas de escrita, desde que corroboradas em fontes.

O livro Formação do Brasil Contemporâneo busca explicar como o Brasil se compõe naquele momento, fornecendo os mais variados assuntos a fim de categorizar os temas e melhor explana-los. O livro traz diversos assuntos a respeito da formação do Brasil, dentro do campo político e social, sobretudo através de uma ótica econômica. Toda a obra é pertinente para a produção deste trabalho, todavia o meio ao qual haverá a maior referência se trata das relações econômicas e a importância do escravo africano para a manutenção da economia. A obra em si trata em sua maior parte a respeito do Brasil Colônia, onde o contexto e a relação é de subordinado e subordinação e a necessidade de se manter o aspecto produtivo do novo território a fim de substanciar a metrópole.

Devido a sua publicação na década de 1940, faz-se necessário tal entendimento do autor dentro de sua época. Seguindo uma historiografia Marxista⁴, a escrita “Pradiana” se estabelece através de um viés econômico para a explicação e modificação da formação da sociedade brasileira. Caio Prado Júnior utiliza meios historiográficos utilizando muitas fontes primárias a respeito da construção da América Portuguesa, o que viria a ser o Brasil posteriormente.

A obra de Caio Prado Júnior busca entender a economia e os conceitos inerentes a ela dentro da América Portuguesa, tem por objetivo entender as características do processo econômico e como se deu sua estruturação dentro de do que nomeou como principais ciclos econômicos⁵, para isso, faz-se então necessário pontuar com ênfase o principal personagem condutor da mão-de-obra e sua importância historiográfica para a manutenção do capital nos principais ciclos econômicos que o período da colônia se perpetuou.

⁴ Karl Marx, Nascido em Tries, na Alemanha, no dia 05 de maio de 1818. Principal autor de causas operárias. Possui a mais importante obra de sua carreira: “O Capital” de 1867, no qual estabelece críticas a respeito do mundo capitalista e as condições as quais levariam ao importante movimento chamado de socialismo.

⁵ O conceito de “Ciclos Econômicos” foi fundamental para compreender os processos de produção dentro da América Portuguesa, todavia se encontra superado, com o dinamismo da compreensão dos meios econômicos.

A escravização de pessoas, primeiro dos povos originários, depois do africano como forma de manutenção da economia colonial, faz com que as relações de poder sejam demasiadamente claras, até institucionalizadas. O africano é levado contra a sua vontade e sem visualizar oportunidades. Ao aqui se instalar em condições precárias e utilizado como ferramenta de trabalho, não havia preocupação social ao qual pudesse reverter tal situação, o Brasil Colônia gira sua economia em torno da mão de obra escravizada e tampouco se conscientiza desse comportamento. Então a proposta também é esclarecer tais relações. Como os escravos africanos se encontram dentro deste contexto social?

O africano que foi escravizado irá ser comercializado como mão de obra e trabalhará de maneira compulsória nos mais variados serviços, em diversas regiões da América Portuguesa, houve uma maior concentração de africanos escravizados nas regiões da colônia onde economia se mostrou mais lucrativa, assim, entre os séculos XVI e XVII a região nordeste abrigava um grande número de escravizados; já no Século XVIII a região Centro Sul, onde foram descobertas as minas auríferas seria o local onde os escravizados existiram em maior número. O africano escravizado foi trazido com a proposta de servir e gerar lucro para os seus patrões, sabe-se que para comprar e manter um escravo, faz-se necessário que o mesmo dê retorno para tal investimento.

Por ser tratado como um produto e considerado uma ferramenta servil, os africanos e os afro descendentes se localizavam em todas as regiões e compunham o espaço colonial, mas sempre com trabalhos e tratamentos semelhantes dentro da sociedade com clara subserviência para com seus senhores. Nos núcleos agrícolas litorâneos: extremo norte do Maranhão, nos Recôncavos baianos e no Rio de Janeiro, capital. Para os trabalhos no interior do Brasil, concentrou-se muitos africanos no Século XVIII em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso devido a extração aurífera e de pedras preciosas. Dentro das áreas urbanas, temos também os conhecidos “negros de ganho”, que eram os escravos que percorriam os centros urbanos diariamente a fim de vender produtos e oferecer serviços a fim de obter uma quantia significativa para os seus proprietários, dependendo da relação entre escravo e senhorio e também da época, os senhores permitiam que os escravos ficassem com parte dos ganhos oriundos das vendas. alguns ganhavam algumas porcentagens maiores e com algum tempo, conseguiam juntar e comprar a sua própria alforria.

A inserção dos escravizados, além obviamente de serem convocados para o trabalho árduo, tão logo também tinha por objetivo de sobrepujar o indígena, visto

que a adaptação ao esforço diário não ocorrera de forma esperada pelos colonizadores (PRADO JR, 1942). A expressão em números, ainda que de difícil assertividade, recorrente das fontes serem escassas, revelam a quantidade de africanos trazidos do continente de origem e que aqui se instalaram definitivamente. Por volta de cinco a seis milhões foram aqui importados, e com a abolição em 1888, eram aproximados 2/3 de toda a população tupiniquim, um total de 700.000 emancipados dentro de uma população de 14.000.000 (Menezes Jaci Maria Ferraz, 2009).

Caio Prado Júnior vai ponderar em sua obra *História Econômica do Brasil* algumas características que não fizeram perpetuar de maneira principal a mão-de-obra escrava indígena de maneira principal para a fomentação da economia:

Em primeiro lugar, à medida que afluíam mais colonos e, portanto, as solicitações de trabalho, ia crescendo o interesse dos índios pelos insignificantes objetos que eram dantes pagos pelo serviço. Tornam-se aos poucos mais exigentes, e a margem de lucro do negócio ia diminuindo em proporção. Além disto, se o índio, por natureza nômade, se dera mais ou menos bem com o trabalho esporádico e livre da extração do pau-brasil, já não acontecia o mesmo com a disciplina, o método e os rigores de uma atividade organizada e sedentária como a agricultura (PRADO JÚNIOR).

Pode-se então afirmar, que a escravidão permaneceu de modo mais permanente e durante o período colonial, mesmo com toda a dificuldade pelas condições aos quais eram submetidos por sua situação social. Veja bem, visando a melhor forma de se obter lucro, a aquisição dessas “mercadorias” eram predominantemente masculina, pois os homens detinham de maior capacidade ao serviço árduo, seja nos engenhos, na mineração ou qualquer outra atividade onde o esforço físico fosse a característica predominante desse “trabalho”. As mulheres por sua vez, geralmente se ocupavam nos serviços domésticos, cuidando dos casarões, também como doceiras, quitandeiras, costureiras e prostitutas, mas não se isentavam sempre, muitas ainda trabalhavam no campo.

A respeito da importância de Caio Prado Júnior e sua relevância para a contribuição histórica da construção do Brasil através desta obra, há de se destacar dois pontos, o primeiro inerente as suas fontes utilizadas, os seus acervos e suas pesquisas históricas, que contribuem demasiadamente para a estrutura sólida de sua narrativa. O autor em questão trabalhará com diversas fontes primárias que ajudam a consolidar o que está sendo proposto. Os documentos são os mais variados possíveis, oficiais (redigidos pelo Governo) e os não oficiais, coletados em informações cotidianas ou acontecimentos significativos, tais como os jornais.

O segundo ponto para compreender a importância para a história advém de outros autores que se comunicam com ele e com suas obras, com o intuito de compreender e tecer críticas a respeito de seu trabalho, visto que tais autores também possuem propriedade para analisar o corpo histórico produzido pelo mesmo. Podemos perceber isso quando o autor Fernando Novais traz em suas publicações os meios aos quais a visão de Caio Prado Júnior trabalhava, ao analisar não somente o materialismo histórico, mas também o sentido de como as coisas aconteciam, veja o exemplo ao falar do sentido da colonização:

À simples leitura percebe-se a sequência: depois de indicar o tema e formular os problemas (Introdução), o autor procura definir o que chamou de “sentido da colonização” (capítulo 1); segue-se a análise dos vários setores da realidade histórica, isto é, das várias esferas da existência num dado período, agrupados em três conjuntos (“povoamento”, “vida material”, e “vida social”), cada um deles subdividido em capítulos. Nota-se, na sequência, que as considerações iniciais (“sentido”) voltam no final de cada capítulo, podendo então ser consideradas “chaves” para a compreensão do conjunto; por essa razão, esse texto, o primeiro capítulo: “sentido da colonização”, torna-se um clássico sempre citado. (NOVAIS, Fernando. 2002).

Portanto, Fernando Novais argumenta a respeito do modo que Caio Prado Júnior trabalha, elucidando os acontecimentos por meio de “chaves” textuais aos quais procura deixar claro para o leitor a abrangência de vários pontos sobre um mesmo acontecimento. A própria escrita do autor em questão é definida sim por capítulos, títulos e temas, mas ao adentrar na leitura de cada um, as referências podem conversar entre elas e o mesmo assunto, em perspectiva diferente ser retomado. Essa linha de pensamento trabalhada garante um poder de persuasão ao leitor, dentro de uma narrativa corroborada por fontes fortalece ainda mais os argumentos e se torna uma leitura dinâmica.

Outro fator predominante dentro da estrutura da escrita se dá por conta do recorte ser relativamente extenso, Caio Prado Júnior discorre sobre aproximadamente trezentos anos, do século XVI ao XVIII e conseqüentemente os assuntos não se comprimem dentro deste contexto, então não há como verticalizar todos os temas e propostas, mas longe de dizer que o conteúdo é generalizado, observa-se:

De um lado, ele nos fornece, em balanço final, a obra realizada por três séculos de colonização e nos apresenta o que nela se encontra de mais característico e fundamental, eliminando o quadro ou pelo menos fazendo passar ao segundo plano o acidente e intercorrente daqueles trezentos anos de história. É uma síntese deles. Doutro lado, constitui uma chave, e chave preciosa e insubstituível para se

Logo, a obra se organiza a partir de temas fundamentais, no campo econômico, social e político, todavia não é descartado os acontecimentos paralelos. Todos as situações estão ligadas entre si, mas o que se refere a segundo plano não é tão discorrido e abordado quanto aos eventos que Caio Prado Júnior norteia como principais para a formação do Brasil.

Na obra “Formação do Brasil Contemporâneo”, há de se entender que se tornou referência para aqueles que estudam a história do Brasil, e entender que se tornou um clássico indispensável a quem se interessa por assunto, sejam os profissionais da história ou pessoas interessadas em determinado assunto:

“Formação do Brasil Contemporâneo” fez com que “Capítulos de História Colonial” ficasse em segundo plano, pois menor e menos abrangente, embora seja também uma das obras-primas da historiografia brasileira. Após 1930, Caio Prado vai se tornar o mais influente historiador brasileiro, tomando o lugar de Capistrano de Abreu, que o fora no período anterior a 30. Caio Prado “pegou o bastão” das mãos de Capistrano e prosseguiu, revigorando e acelerando a prova olímpica, histórica e política, do “Redescobrimto do Brasil” (Reis, José Carlos).

O autor em questão enaltece o trabalho de Caio Prado ao entender que o modo de trabalho com o que o mesmo utilizou se mostrou mais abrangente e mais completo em relação ao principal autor até então. Obviamente que um autor não anula o outro, eles completam com contribuições para o entendimento histórico do Brasil.

Portanto, o autor Caio Prado Júnior se mostra através de suas produções textuais uma quantidade e qualidade importante para o estudo do Brasil, obviamente que o trabalho na época de sua produção na década de 1940 impactou e mudou os meios de estudos. Contemporaneamente a obra possui alguns meios aos quais não são mais utilizados, mas não deixa de ser um clássico e uma leitura obrigatória para curiosos sobre o Brasil e historiadores inseridos nesse campo de pesquisa.

CAPÍTULO 2: ECONOMIA: A escravidão como o pilar de sustentação das principais atividades econômicas

Para melhor compreender a situação econômica do Brasil Colônia faz-se necessário o entendimento da dinâmica social e principalmente econômica a partir do século XV. O sistema de economia colonial baseava-se na integração de grandes latifúndios para o abastecimento da Coroa e de grandes proprietários privados autorizados por ela. O Capitalismo Mercantil era o mais utilizado para as transações comerciais e econômicas, onde havia predominantemente um comércio chamado de Triangular:

O mesmo consistia em uma interação massiva entre Europa, América e África, basicamente esses últimos dois em suas zonas mais litorâneas, onde as produções realizadas nas colônias americanas escoavam para grande parte do continente Europeu, e os Africanos eram trazidos as Colônias para o trabalho escravo. Logo, esse sistema escravocrata foi o meio necessário ao qual os líderes europeus encontraram para a obtenção de lucro em grande escala.

:

2.1 A Agricultura

Na obra Formação do Brasil Contemporâneo, Caio Prado Júnior dedica uma parte significativa ao tratar da agricultura, onde descreve os meios para conseguir obtenção de lucro dentro do novo território.

Para se configurar um sistema de economia colonial, são necessárias algumas medidas de mentalidades, burocracia e organização social:

Faz-se necessário estabelecer o sentido mais profundo da colonização e o mecanismo de base das relações metrópole-colônia. Certamente, é em função daquele sentido básico que se processa a expansão europeia e se organizam as atividades produtivas do Novo Mundo (Novais, Fernando, 1974, p.69)

Nesse sentido, a produção colonial orienta-se necessariamente para aqueles produtos que possam preencher a função do sistema de colonização no contexto do capitalismo mercantil: Mercadorias comercializáveis na economia central, com obviamente procura latente na sociedade, no caso do Brasil principalmente o açúcar.

A Colonização no Brasil se deu desde o início com a mentalidade de um empreendimento comercial, que visava o lucro para a metrópole em benefício da Coroa e dos comerciantes nacionais e estrangeiros que nas denominações atuais

seriam: alemães, italianos, ingleses e holandeses (MESGRAVIS, Laima, p.57, 2015).

A partir da terceira década do século XVI, a Coroa portuguesa estava ciente da necessidade da ocupação do futuro território brasileiro, ainda assim encontrava algumas dificuldades inerentes: Não havia interesse sério pelo novo território, exceto os traficantes de madeira (PRADO JÚNIOR, 1945.), tampouco o reino contava com habitantes o suficiente.

Como pela iniciativa monárquica se tornaria dificultosa pelos empecilhos, fez-se então abordagem de uma nova estratégia, a utilização de uma iniciativa privada, gozada de muitos poderes e liberdades em territórios previamente selecionados, dar-se então a divisão das capitânias.⁶ Todavia, para se obter tal território, embutido de soberania (ainda que respondesse a Coroa) esperava-se pessoas com condições monetárias para tal empreendimento. As Capitânias foram divididas em doze setores lineares com extensões que variavam entre 30 a 100 léguas⁷ longitudinais, visto que o interior do território ainda era desconhecido rumo.

Logo foram despendidas quantidades relativamente grandes de investimentos por estes primeiros grupos colonizadores do Brasil. Os donatários nem sempre detinham todo o capital e aparato logístico para iniciar tal empreitada, fazendo então necessário levantar fundos tanto em Portugal quanto na Holanda, com boa parte de contribuição de banqueiros e negociantes judeus (PRADO JÚNIOR, 1945.).

Já se tinha um conhecimento demasiado sobre o Brasil para se entender que aqui a cana-de-açúcar dar-se-ia bem, características como o clima quente e úmido da costa se mostrava e se mostra altamente favorável, todavia necessitava da mão de obra, de início contou-se com os indígenas que apesar de numerosos e pacíficos (em sua maioria) não se adaptaram com a coercitividade e o trabalho exaustivo.

Tendo então a perspectiva de produção em larga escala dentro do território da Colônia, fez-se então necessário a criação de um sistema hierarquizado onde a administração busca sua maior eficiência. Nos primeiros estágios do povoamento, as feitorias⁸ instaladas nos domínios portugueses da América, além

⁶ Constituíram a forma de administração inicial dos domínios atlânticos portugueses, primeiro nas ilhas atlânticas e depois no Brasil e em Angola. O sistema tinha como modelo o antigo senhorio português de fins da Idade Média, então ajustado ao contexto ultramarino. Consistia na concessão real de largos domínios, proventos e privilégios a particulares, incluindo atributos de soberania, como o direito de fundar povoações, nomear funcionários, cobrar impostos e administrar justiça. O sistema oferecia vantagem de promover a exploração das colônias sem ônus ao Estado.

⁷ Léguas é uma antiga medida portuguesa equivalente a aproximadamente 6km.

⁸ Pontos de Armazenamento de produtos locais e europeus para a venda.

de estimularem a plantação de alimentos para a subsistência dos portugueses no Brasil, experimentaram aplicar ao redor a cultura do açúcar trazida da Madeira, do Cabo e dos Açores (MESGRAVIS, Laima, 2015, p. 59).

Apesar da Coroa Portuguesa ter implementado a estrutura de divisão do território em capitânicas, se configurou em insucesso na prática, exceto nas localidades de São Vicente e de Pernambuco, onde por condições específicas, se beneficiaram: a Capitania de Pernambuco que detinha como donatário o Duarte Coelho era bastante rico e pôde trazer de sua região de origem, povoadores capazes de cumprir as expectativas, e em pouco tempo, já estava produzindo o açúcar.

Para se produzir o açúcar, advindo do plantio de cana específica, era necessário se construir um engenho: um pequeno edifício com moendas movidas à força braçal ou animal. O líquido obtido com o esmagamento da cana era levado em fogo em grandes caldeirões de ferro, onde era fervido até secar e permitir a produção de diversos tipos de açucares.

Nos canaviais, o escravo era comumente integrado a uma equipe de doze a quinze homens ou mulheres, e quando algum se destacava negativamente em suas funções, era colocado junto a outro mais experiente, a fim de atender melhoras as expectativas para o qual foi adquirido (MATTOSO, Kátia, pag. 142, 2016).

Segundo Laima Mesgravis: Era praticamente impossível um simples aventureiro desprender tal aventura e se tornar um senhor de engenho (nome dado ao proprietário da produção), visto que o cultivo, a colheita e o beneficiamento exigiam muitos braços e equipamentos de alto custo, tornando a produção seletiva a grandes detentores de capital e apenas lucrativa se produzida em grande escala.

Devido necessitar de muitos trabalhadores para determinado cultivo havia muitos pequenos produtores livres, que no final do processo, repassavam a produção ao senhor de engenho por meio de uma porcentagem variável, acabou que se criava uma relação de dependência para com o grande proprietário. Todavia, os sesmeiros⁹ poderiam ser convocados em momentos de possíveis ataques indígenas, a fim de proteger determinada localização.

Estas relações foram oficializadas no fim do século XVI, garantindo por meio das legalidades vantagens mais satisfatórias aos grandes detentores de terra, de engenho e de posses, e incentivando a produção exclusivamente das lavouras, a

⁹ Sistema de Sesmaria, lote de terra distribuído a um beneficiário do Rei de Portugal, com o objetivo de cultivar terras a fim de produzir recursos para abastecimento da metrópole.

fim da obtenção do lucro e retorno a capital, como mostra esse trecho de *Diálogos das Grandezas do Brasil*, observada por Ambrósio Fernandez Brandão, por volta de 1610:

Não lhes sofre o ânimo ocupar a nenhum deles em cousa que não seja tocante a lavoura, que a professam de maneira que tem por muito tempo perdido o que gastam em plantar uma árvore, que lhes haja dar fruto em dois ou três anos, por lhes parecer que é muita demora: porque se ajunta a isto cuidar cada um deles que logo em breve tempo se hão de embarcar para o Reino, e que lá hão de ir morrer, e não basta a desengana-los desta opinião mil dificuldades que, a olhos imprevistos, lhes impedem de fazer.

Desde o domínio do litoral a partir de 1530, os indígenas das áreas mais próximas de contatos com os portugueses foram rapidamente vitimados por maus-tratos, dizimados por massacres e também pelos efeitos fisiológicos inerentes ao sistema imunológico devido as doenças trazidas pelos colonizadores.

Devido ao desinteresse da maioria dos europeus e a renúncia ante ao simples serviço braçal camponês ao se deslocar para uma colônia que não detinha a mesma infraestrutura da capital, o desinteresse propagava uma nova perspectiva para fomentar a economia e a obtenção de lucro no sistema monocultor dentro do Brasil (PRADO, Caio, 1945).

A escravidão então se mostrou a melhor alternativa mediante as situações analisadas dentro do novo território, a experiência da eficiência do escravo africano e a sua utilização já em outras colônias mostrou-se o melhor meio para dar-se início a macroeconomia. Para que o transporte e o tráfico acontecessem de maneira produtiva precisou-se de se estabelecer meio legais para a perpetuação desse sistema que irá durar séculos, ainda que no início não havia uma organizada ampla. Vale ressaltar que a mão de obra indígena continuará sendo utilizada até o final do século XVIII, todavia em menor expressão e quantidade que a africana.

O escravo africano era importado de maneira coercitiva e violenta da chamada Costa de Ouro¹⁰ diretamente do continente africano, o que dar-se-ia uma configuração extremamente lucrativa aos traficantes e detentores desse monopólio régio¹¹.

¹⁰ Região Africana como o Congo, Angola, Benguela até o litoral da África Oriental que se efetuavam a compra com números mais expressivos de africanos encarcerados, que eram negociados com os traficantes europeus.

¹¹ Legalidade que insere sobre o direito exclusivo da Coroa poderia exercer tal atividade, ou autorizar as atividades aos próximos que detivessem capital o suficiente para manutenção de tal atividade.

Então dar-se o início ao comércio internacional através principalmente do escambo onde os traficantes irão realizar tal negociação, esses africanos senhores de escravos já estavam habituados com os produtos europeus, tais como: tecidos, quinquilharias diversas, bebidas alcoólicas e principalmente armas de fogo que se tornaram mercadorias extremamente apreciadas e conseqüentemente necessárias (MILLER, JOSEPH, 1997).

O início da escravidão no Brasil a partir do século XVI encontrava muitos desafios, justamente por ser uma nova empreitada em um novo território. Problemas como falta de organização, estruturação e até mesmo leis que vigorassem e burocratizassem essa atividade eram ainda muito recentes e não havia aplicabilidade concreta. A importação iniciará em poucas quantidades de imediato, o investimento é considerado de risco e a logística ainda muito rudimentar. Mas a partir de 1650, esse tipo de comércio se torna algo amplamente lucrativo e uma verdadeira empresa para os novos reinos do interior do Golfo da Guiné, onde os próprios europeus se designaram a construir feitorias, entrepostos e até mesmo fortalezas no litoral de terras abandonadas, a fim de se perpetuar de maneira ainda mais intensa e organizada o tráfico.

De acordo com a historiadora Kátia Mattoso, as formas de cativo ou recrutamento da mão de obra africana se dava por algumas circunstâncias; era tradicional realizar a venda dos mais indisciplinados nos vilarejos africanos, aqueles que haviam infringido as leis daquela comunidade, roubado, cometido algum tipo de ilegalidade e que o líder daquele local atribuísse como pena o êxodo. Também as crianças consideradas como “boca a mais” para se criar principalmente em períodos de crises e dificuldades até mesmo de alimentação. Por conta até mesmo de algumas dessas crises onde a fome se mostrava extrema, alguns próprios habitantes daqueles locais se vendiam para escapar da inanição (MATTOSO, Kátia, 2016. 52-53,).

Os termos que se aplicam a historiografia do processo escravocrata e seu comércio baseado no tráfico internacional se organizou a partir do século XVI, se aprimora no século XVII e se potencializa no século XVIII. Ao instigar sobre o Brasil colônia há de se entender que os escravos continuarão sendo importados e posteriormente designados para funções dentro do território. Todavia, as condições apesar de melhorarem com o decorrer dos séculos, não deixaram de ser desumanas, problemas durante todo o transporte, a violência e a coercitividade causaram muitas mortes.

O manejo organizacional e a estruturação do Império Português na obtenção de escravos foram feitas basicamente de três maneiras distintas: o tráfico, meio empreitado de forma privada realizada em grandes ou pequenas escalas, variando da necessidade de abastecimento da colônia, o tráfico não exclusivo, praticado conjuntamente com outras atividades comerciais, nesse caso, por companhias de grande porte, e também o praticado dentro da configuração do Asiento¹².

2.2 A Mineração

Para compreender melhor os meios aos quais a economia se desenvolveu na América Portuguesa, o historiador Caio Prado Júnior vai utilizar a terminologia “ciclos econômicos”, onde há em determinados momentos um meio econômico que se destaca dos demais:

De tudo isso resultará uma consequência final, e talvez a mais grave: é a forma que tomou a evolução econômica da colônia. Uma evolução cíclica, tanto no tempo como no espaço, em que se assiste sucessivamente a fases de prosperidade estritamente localizadas, seguidas, depois de maior ou menor lapso no tempo, mas sempre curto, do aniquilamento total (JUNIOR, C.P.).

Ao esclarecer sobre o conceito de mineração, há que se entender que foi um ciclo que provocou grande êxodo geográfico migratório para o interior da colônia, visto que a obsessão em enriquecer ou a esperança de achar mais uma mina ou leito aurífero trazia à tona o desinteresse por outras práticas econômicas, visto que o retorno a curto prazo se mostrava atraente.

Todavia, as outras atividades econômicas ainda perdurariam. O início do Século XVIII até meados dos anos de 1750 pode-se entender como o ciclo da mineração, onde houve expressiva retirada de ouro e pedras preciosas na região central do território, onde hoje seria principalmente Mato Grosso, Goiás e a região mais extrativista: as Minas Gerais. Como consequência deste período, a população praticamente decuplicou pela imigração de novos investidores e aventureiros do que necessariamente pelo crescimento vegetativo: Havia cerca de 350.000 mil habitantes aproximadamente em 1700 e o número já alcançava 3.300.000 em

¹² Direito de explorar o comércio (tráfico) de escravos, que era concedido pelo Rei às companhias particulares. Essas companhias deviam fazer pagamentos direto ao Rei de Portugal para poder explorar esse direito.

1800 (WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C.M. 1999). Ao que se refere a febre do ouro, o desespero e a falta de planejamento trouxeram vários problemas sociais a essas regiões, a priori veio até ceifar mineradores por falta de alimentação na região, faz-se necessário então analisar para melhor esclarecer a carta de um jesuíta chamando João Antônio Andreoni, conhecido por “Antonil”:

“Sendo a terra que dá ouro esterilíssima de tudo o que se há mister para a vida humana, e não menos estéril para a maior parte dos caminhos das minas, não se pode crer que padeceram ao princípio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos com uma espiga de milho na mão, sem terem outro sustento. (Antonil, S.D).

A organização oficial da economia mineradora utilizava-se uma unidade de medida e organização chamada de Data, extensão de terra onde era praticada a mineração, cada mina era subdividida em diversas datas. O descobridor, geralmente algum grupo de bandeirantes¹³ ou aventureiros em sua maioria com iniciativa privada (Mas necessitando da autorização da Coroa) buscavam em jornadas locais substanciais extrativos para realizar a operação. Ao descobridor caberia duas partes, à Coroa Portuguesa mais duas e as demais àqueles que tendo escravos, poderiam realizar os procedimentos a fim da obtenção de lucro. Geralmente as datas do Estado não eram exploradas de imediato, mas posteriormente leiloadas a particulares.

A fim de arrecadar impostos, a Coroa estabeleceu alguns impostos com o intuito de advir a sua porcentagem diante a mineração. Inicialmente continuou a existir o imposto do quinto, ou seja, 20% da produção deveria ser recolhido aos cofres portugueses, por não ser tão eficaz devido as sonegações, contrabandos e quaisquer tipos de artimanhas para fraldar o pagamento, foram modificadas as cobranças a fim de conseguir abranger com maior sucesso a parte da Coroa. Após 1715 a cobrança do quinto foi substituída, em Minas Gerais, por uma quota anual de trinta arrobas¹⁴, o que não perdurou muito tempo devido ao aumento de produção e dificuldade no controle tributário. A partir de 1725 foi utilizada a capitação, que era o modelo aplicado e cobrado sobre os escravos existentes e

¹³ Expressão difundida no século XVIII que se refere aos aventureiros armados que participaram de expedições armadas pelo interior do Brasil entre os séculos XVI e XVIII. Inicialmente se organizavam em bandeiras para combater estrangeiros e indígenas, mas posteriormente se aperfeiçoaram no aprisionamento e cativo de índios em busca de minas de ouro.

¹⁴ Medida de peso utilizada no Brasil desde a era colonial, significa o mesmo que 15kg.

registrados nos distritos auríferos (WEHLING, Arno. WEHLING, Maria José C.M. pg.218-219).

Ao que se referia a administração, Caio Prado Júnior deixa claro a preocupação em organizar de maneira mais assertiva e rígida do que em outros setores econômicos devido ao grau de importância que a Coroa mostrara em tal atividade (JUNIOR, Caio Prado. 1945 pg. 57). O “*Regimento dos superintendentes, guardas-mores e oficiais deputados para as minas de ouro*”, datado de 1702 é o conjunto legal que vai trazer à tona os meios e modos de captação e fomentação da extração aurífera e irá dispor os meios institucionais para tais procedimentos. Em suma, o sistema aplicado era o seguinte: Para administrar a atividade da mineração com o intuito de fiscalizar e principalmente cobrar tributos, foi criada a *Intendência de Minas*, sob a administração de um *superintendente* em cada capitania em que se descobrisse ouro o suficiente para uma exploração média ou alta. Ao que se refere ao aspecto legal, havia uma comunicação direta com a Coroa Portuguesa, que hierarquicamente comandava seus interesses através de pessoas de confiança, porém as autoridades locais também exerciam sim poder, e influência dentro dessa administração.

A todo momento em que se descobrisse uma nova jazida, era obrigatoriamente e sob penas severas para quem não o fizesse, comunicar à intendência da capitania mais próxima que se localizara. Os *guardas-mores* (Funcionários reais) faziam a demarcação dos terrenos auríferos no local indicado e posteriormente marcavam uma data prévia específica e anunciada para realizar a distribuição entre os mineradores presentes. Era aberto para qualquer pessoa que quisesse participar, o meio era por sorte e conseqüentemente as datas maiores aos senhores que detinham mais escravos para realizar tal operação, mas vale ressaltar que, antes da distribuição o descobridor da jazida em si poderia escolher livremente sua data, pós ele a *Fazenda Real* também escolhia uma para si.

Uma vez que o processo estava concluído e as datas distribuídas, deviam os mineradores darem início à exploração dentro de um prazo de quarenta dias, sob pena de devolverem as datas adquiridas. Não se fazia permitido a comercialização das datas, o proprietário não poderia vender a outro, somente em caso de perda total de escravos.

No período colonial, para realizar a exploração de minas de ouro e pedras preciosas, podemos enfatizar dois modelos de extração, o primeiro é o sistema de lavras: são os mais elaborados, que requerem determinados tipos de

equipamentos e uma quantidade maior de pessoas, sob direção única e trabalhando em linha e conjunto, vários escravos organizados em uma formação específica. Esse sistema ocorreu com maior ênfase durante o período áureo da mineração, tendo em vista que desprendia muito investimento e trabalhos em larga escala, podendo ter homens livres nesta linha de produção, porém a grande maioria eram os escravos. O outro meio de trabalho mais utilizado em locais de menores extrações ou já nos períodos de escassez do ouro a partir da década de 1770 eram os *fiscadores*: Grupos menores de pessoas que não se fixam por muito tempo em determinado lugar, são conhecidos por serem nômades e aventureiros e muitos destes não habitavam a região, indo na busca do ouro onde sombreavam conversas de que ali ainda poderiam existir. Poderiam até se reunir em grandes grupos, mas cada um prezava por sua independência e autonomia. Parte deles eram livres e outros eram escravos, nos quais os próprios donos fixam valores a serem encontrados e alguns até conseguem a alforria caso provenham ganhos aos seus senhores. Essa atividade sempre aconteceu no Brasil colônia, seja em maior ou menor expressão, todavia se intensifica nos fins do século XVIII, onde o ciclo econômico principal deixa de ser a mineração:

Seja como for, a primeira metade do século XVIII é um período sombrio para a agricultura brasileira. Mas a situação modificar-se-á completamente na sua última parte. Apontei acima os fatores que trouxeram o declínio da mineração; em seu lugar ressurgirá novamente a agricultura, que volta a ocupar a posição dominante que desfrutara nos dois primeiros séculos da colonização (JUNIOR, C.P. 1945).

Ao que se refere aos impostos relativos à mineração, o quinto fora o mais utilizado, todavia, ano após ano a atividade mineradora trazia menos recursos a Coroa e isso era algo inaceitável, a ponto de mudar os meios aos quais os impostos eram cobrados. Outro motivo também pode se dar pelo contrabando exacerbado, a sonegação e outros meios fraudulentos que captavam menos recursos a Monarquia, por isso a Coroa aplicou em alguns momentos uma fixação a ser adquirida advinda do processo de *capitação*. Após alguns ajustes, orçou-se anualmente o peso de 100 arrobas (aproximadamente 1500 quilos), e essa alíquota não fosse adquirida, forçava-se a população a completar o montante, esse procedimento era conhecido como *Derrama*. O procedimento ao qual se dava variava de pessoa a pessoa, mas todos deveriam contribuir, com menos ou com mais uma vez conhecida a capacidade monetária de cada um.

Criava-se também impostos específicos sobre os comércios, casas de negócios, escravos, trânsitos, entre outros. Qualquer coerção legal ou imposta de maneira mais abrupta era lícito, desde que se chegasse ao número esperado de cem arrobas (JUNIOR, Caio Prado. 1945.pg.59). Devido aos abusos e violências a fim de adquirir o esperado, quando a capitania realizava a “Derrama”, havia toda uma preocupação e desespero da população, a força armada se mobilizava, violações privadas eram constantes a qualquer hora do dia ou da noite, prisões se multiplicavam, todos estavam sujeitos a ter os seus bens capturados pela monarquia, suas liberdades cerceadas e até suas vidas ceifadas. Isso gerou vários problemas e descontentamentos com a Coroa, insurgindo no acontecimento de Tiradentes¹⁵. O ouro após de 1762 nunca mais conseguiu alcançar as cem arrobas, e o valor estipulado pela Coroa foi sendo diminuída aos poucos e em 1778 foi a última vez que ocorreu (JUNIOR, Caio Prado.1945).

O momento da decadência do ciclo minerador dar-se devido a escassez do minério encontrado, visto que o ouro aqui captado era majoritariamente de aluvião: coletado à beira dos rios. Devido a velocidade de extração o ciclo do ouro foi intenso, porém breve. Outro fator pertinente foi a falta de capacitação e conhecimento de um possível ouro de difícil acesso, como afirma Caio Prado Júnior trazendo à tona o encerramento macro da extração.

Enquanto se tratou de depósitos superficiais de aluvião, não foi difícil extrair o metal. Mas quando foi preciso aprofundar a pesquisa, entranhar-se no solo, a capacidade dos mineradores fracassou; tanto por falta de recursos como de conhecimentos técnicos. Quanto às deficiências técnicas, é preciso lançar a culpa principal sobre a administração pública, que manteve a colônia num isolamento completo.

É importante ressaltar que o ouro e outros materiais precisos foram extraídos no Brasil Colônia desde as chegadas dos europeus no século XVI. Caio Prado informa em 1945 que o ouro continua sendo retirado em sua contemporaneidade como acontece ainda no século XXI, todavia, denominado pelo autor como o “ciclo do ouro” ficou datado como os primeiros $\frac{3}{4}$ do século XVIII devido a essa atividade ser a principal matriz econômica naquele momento deste

¹⁵ Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como “Tiradentes” foi um dos personagens de um acontecimento conhecido como “Inconfidência mineira”, onde o mesmo organizou e planejou junto às outras lideranças a emancipação de Minas Gerais. Todavia o seu nome foi amplamente divulgado como herói na proclamação da República mais de um século depois, como herói de um ideal republicano. Morto em 21 de abril de 1792, acusado de traição pela Coroa Portuguesa.

território. Em determinados momentos o investimento para se conseguir os metais preciosos eram tão elevados que não fazia sentido tal empreitada, justamente por não ter material suficiente para se obter o lucro extrativista. Portanto, os faiscadores se perpetuam até os dias atuais, muitas vezes de maneira ilegal gerando problemas socioambientais, como grilagem de terras e prejuízos a natureza.

Ao que se refere aos escravos enquanto mercadoria, os proprietários realizavam investimentos nas compras dos mesmos, visto que o africano precisava primeiramente se pagar e posteriormente gerar lucros ao seu proprietário, nesta empreitada a respeito da captação de ouros e pedras preciosas, o serviço se mostrava constante e árduo, sendo ainda mais perene quando se trabalha nos interiores das minas. As condições possivelmente eram as piores para os escravos trabalhadores em minas, tendo em vista que dentro da colônia portuguesa era o que mais aferia negativamente suas condições e expectativa de vida:

Ainda que houvessem intempéries naturais, como alagamentos dos rios e das minas, chuvas torrenciais, desabamentos e bloqueios rochosos naturais, os escravos eram submetidos a trabalhos de quinze a dezessete horas diárias. Geralmente os homens realizavam esse serviço nas minas e as crianças levavam alimentos para os adultos e ajudavam na separação do material coletado (MATTOSO, Kátia. Pag. 144-145, 2016).

A respeito das relações sociais advindas do sistema escravista, mais precisamente tocante à convivência entre os escravos e seus senhores, percebe-se que aos escravos, que, além de não terem direito à liberdade, viviam um cotidiano de exploração com o excesso de trabalho, o que afetava a sua saúde. Um dos autores que trata dessa narrativa é Gilberto Freire, que trata da situação da relação do escravo para com o seu senhor, as características dessas relações e os meios aos quais se deu ficou registrado na obra “Casa-Grande e Senzala” de 1936, o mesmo admite que o senhor sempre priorizou o lucro em detrimento de condições de saúde dos seus comandados. Alguns fatores fazem a expectativa de vida do escravo ser de aproximadamente de três anos para os trabalhadores em minas e de sete para os que exerciam profissões dentro do sistema “*plantation*”. Isso se dá por alguns motivos atestados, tais como a insalubridade de suas moradias, a alimentação irregular e insuficiente, às doenças trazidas da Europa não firmadas em seus sistemas imunológicos e também por conta do trabalho excessivo.

Alguns escravos viviam em situação mais branda em relação a outros, seja pela atividade ao qual o mesmo estava inserido ou por um vínculo geracional dentro da família de seus proprietários. Algumas dessas atividades que veremos a seguir fornecem uma vida menos exaustiva em relação aos outros escravos. Alguns escravos mediante o trabalho conseguiam angariar ouro, as vezes o suficiente para obterem até mesmo a compra da própria liberdade, e muitas vezes aconteciam de ao conseguirem, voltar a trabalhar para as mesmas pessoas que os detinham como posse. Importante ressaltar que são casos esporádicos e entendidos como situações adversas a realidade da época, o próprio sistema escravocrata brasileiro dificultava bastante a vida do africano, ainda que em alguns casos houvesse cumplicidade entre o dominador e o dominado, sempre a última palavra era do senhor, a palavra tinha mais valor e a autoridade se fazia posta em casos mais abrasivos, por meios de castigos.

O enfraquecimento da mineração gerará um novo êxodo das cidades que se sustentavam por essa atividade, por volta da segunda metade do século XVIII, muitas vilas, arraiais e cidades vão sendo despovoadas gradativamente, tendo em vista que o principal interesse em permanecer nessas localidades se tornou escasso ou não compensativo para continuar os investimentos:

As regiões de Goiás e Mato Grosso são as mais atingidas com a saída populacional e o desbalanço demográfico, muitas vilas, principalmente as de menores expressão se encontrariam em Ruínas. A situação de Minas Gerais, apesar de ter sentido também a diminuição populacional, foi menos grave que as demais regiões auríferas (JUNIOR, Caio Prado, pg. 68-69 1942)

Aos que permaneceram no território da colônia, restou a ruralização ou a produção de subsistência, o escambo se tornou a prática mais utilizada e o a administração da Coroa pouco se acentuava na região, devido não ter interesses econômicos e mercantis nesses locais. Goiás experimentaria uma situação econômica devastada no século XIX assim como Mato Grosso, Minas Gerais por sua vez, já fazendo divisa com São Paulo e através de uma economia baseada em meios pecuários mais fortes e estabelecidos, conseguirá se estabelecer de melhor maneira em relação aos seus vizinhos auríferos.

2.3. A exploração do trabalho escravo no Brasil Colônia: atividades diversas e o desejo de liberdade

A exploração do trabalho escravo no Brasil Colônia nas mais diversas atividades, principalmente em regiões mais urbanizadas e populosas. Os escravos de ganho detinham maior liberdade que os do sistema “plantation” e os escravos mineradores. Geralmente eles trabalhavam diariamente a fim de atender uma cota pré-estabelecida com o seu senhor, o que se conseguisse a mais, na maioria das vezes ficava para si, alguns com o passar do tempo conseguiam angariar fundos suficientes para conseguir a sua própria alforria.

Essa atividade econômica se intensificou a partir do século XVII, visto que já se encontravam vilas e capitanias com maior expressão populacional. Dentro desses locais, os senhores tinham o interesse de alugar o serviço de seus escravos, quanto mais específico fosse a atividade, maior a valia do aluguel. As atividades variavam, geralmente os homens exerciam as atividades de carregadores, artesãos, pajens, sangradores, barbeiros, cocheiros, e em alguns casos específicos até mesmo para lavouras e mineração, quando se apresentava uma nova jazida ou até mesmo na época da colheita. Quando haviam escravos ainda novos e inexperientes em determinada profissão, poderia haver a tutela paga a fim de ensinar o mesmo a desenvolver uma profissão, conforme a historiadora Kátia Mattoso, “escravos mais novos eram treinados com outros escravos mais experientes, a fim de aprender alguma atividade, em alguns casos até aprendiam com outro escravo já alforriado”, pag. 143, 2016).

Os escravos nas áreas urbanas eram em menores números do que os do campo e os das minas, todavia, se encontram em praticamente igualdade de gênero nas cidades e nas vilas, enquanto nas outras ocupações, a figura predominantemente masculina era a realidade. As ocupações das mulheres escravas também eram variadas, exercendo atividades como costureiras, engomadeiras, lavadeiras, doceiras, rendeiras, mocambas, amas de leite, quintadeiras; algumas escravas tinham o trabalho mais sofisticado e sabiam ler, comprar, organizar e administrar uma casa.

Muitas vezes pode-se observar em periódicos da época, anúncios feitos pelos senhores oferecendo escravos para compra, venda ou troca; onde eram descritas algumas de suas habilidades, veja:

“Vendas – Na rua das Cruzes nº22, segundo andar, vendem-se duas escravas crioulas, de 26 anos de idade, bonitas figuras, engomadeiras e cozinheiras, lavam bem de sabão e todo arranjo de uma casa, e uma dita de 25 anos, ótima figura, com um filho de 3 anos, muito bonito, e uma dita de nação que cozinha, lava de sabão,

e vende na rua, e duas ditas muito possantes, ótimas ganhadoras de rua, que pagam 480rs. Por dia” (Diário de Pernambuco, 4 de janeiro de 1854).

Outro meio de comercialização eram os Leilões, onde haveria ali não somente o escravo a ser vendido, mas também outras mercadorias:

Venda em leilão de móveis, escravos, tecidos. Na casa Estrella no largo da Alfândega. Sábado, 14 de outubro (1865) às 11h, João Vigilio Tourinho venderá em leilão, em sua loja, diversos móveis, talheres, copos, tecidos, artigos de armarinho, relógios e um bom escravo, parto de 21 anos, aparência excelente, para empregado doméstico ou cocheiro. (Diário Da Bahia, 1865).

Reafirmando o papel e as atividades das mulheres escravas, há de se citar as “negras de tabuleiro”¹⁶. Esses grupos específicos exerciam atividades de importância econômica alta, visto que o comércio diário e a obtenção de lucros eram sempre repassadas uma parte ao senhor (no caso das escravas) e as autoridades, no caso das negras livres. As autoridades encontravam sempre em constantes problemas com as mesmas, visto que a sociedade se incomodavam bastante com o comércio tão livre e independente cotidianamente, que poderiam gerar prejuízos com a concorrência do trabalho ante as pessoas livres, e também problemas pontuais configurados como desordem social.

Algumas conseguiam depois de um tempo juntar um pecúlio e comprar a própria alforria, outras apesar de não terem sido libertas, usufruíam de certas vantagens e, mesmo sendo escravas, detinham casas e uma relação com o seu senhor de proporção mais harmoniosa pelo trabalho do que necessariamente uma condição escravocrata (REIS, Maria Lina. Pg.288).

De maneira geral os historiadores afirmam que as atividades da mineração eram exercidas exclusivamente por homens, as mulheres não eram consideradas bem vindas, devido a perturbação social que ocorriam com sua chegada, por serem mulheres e as vezes ao andarem em grupos, chamava-se a atenção dos homens, libertos ou escravos, podendo gerar uma tensão em determinado momento. Todavia, geralmente havia facilitação das próprias autoridades fiscalizadoras para que as mulheres comercializassem dentro deste ambiente. Uma vez que fosse comprovada a indisciplina ou a perturbação cível, poderia

¹⁶ Vendedoras ambulantes que percorriam as ruas dos arraiais, das vilas e cidades da América Portuguesa, como Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, comercializando mercadorias as mais diversas, como pastéis, bolos, doces, mel, leite, frutas, aguardente, etc.

incorrer em castigos. Tais punições para as que fossem punidas eram baseadas em açoitadas, pagamento de multas e repressão. Mesmo com essas adversidades e coerção das unidades de fiscalização, a resistência e pertinência em continuar com os seus ofícios as mantiveram por séculos exercendo suas atividades e contribuindo significativamente para a economia do território colonial

No Brasil-Colônia houve meios em que os escravos poderiam angariar a sua liberdade, porém havia quatro proibições previstas em leis que os impediam (Mattoso, Kátia. 2016).: Primeiramente, quando no momento da venda do escravo, seja privada ou seja em leilão, o senhor estipulava neste documento que o objeto de venda não poderia ser nunca alforriado. Em segundo lugar, quando na carta de venda estivesse estipulado que não houvesse prejuízos aos credores, isto é, quando o escravo já havia pago uma quantia ao antigo senhor referente a sua alforria, isso gerava prejuízo enorme ao mesmo que dificilmente conseguiria juntar nova quantia. Em terceiro lugar quando o escravo ganharia a liberdade através da concessão em testamento de seu antigo senhor falecido, o impedimento ocorria caso o senhor dispusesse contando com o escravo valia maior de trinta por cento de todos os seus bens, ao ultrapassar esse valor o escravo era reinserido a condição original.

E por fim, os escravos que estavam alienado em hipotecas ou empréstimos como garantia de pagamento, esses jamais poderiam ser alforriados enquanto a dívida não fosse integralmente quitada, todos estes meios corroboram para entender que sempre o senhor do escravo tinha o direito permanente de suas posses e tampouco o Governo ou empresa privada deixaria ter prejuízo em detrimento de uma possível alforria (Mattoso, 2016, p.206).

Conhecida as restrições legais e burocráticas, vamos entender os modos aos quais os escravos poderiam angariar a sua alforria ou liberdade, sendo que a alforria acontecerá de maneira legal e a liberdade por meios ilegais sob o olhar do Governo Colonial.

A liberdade do escravo poderia se dar por iniciativa própria, onde o indivíduo conseguia fugir do local em que estivesse aprisionado e se instalar em uma outra região com o intuito de uma perspectiva de vida melhor, essas condutas se mostravam dificuldade alta e perigosa, pois uma vez que fosse recapturado poderia haver castigos a fim de coagir uma nova empreitada ou venda para um tipo de trabalho mais árduo. Em alguns casos quando o escravo fugia de seu senhor, havia publicação em jornais com o intuito de identifica-lo e recaptura-lo o mais rápido possível:

Evadiu-se em 31 de janeiro o escravo mina chamado David, que ia vender pão no Bonfim, altura normal, corpulento, três marcas de cada lado do rosto, muito sorridente, foi visto em Calçada e o Bonfim: pensa-se que foi acolhido em alguma casa e já se protesta pelos dias de trabalho perdidos e pelos objetos por ele levados. Aquele que o devolver a seu mestre na Rua do Hospício n. 44 receberá 20.000 Réis (Jornal da Bahia, 14/11/1857).

Outro exemplo:

Fugiu da fazenda Timbó, pertencente a Ignácio Borges de Barros, uma escrava de nome Maria, nação nagô, baixa e gorda, rosto muito marcado, faltando um pedaço no alto da orelha direita, ela leva sempre um turbante na cabeça por causa da dita orelha. Quem a devolver ou fornecer informações precisas a seu respeito será bem recompensado por seu trabalho (Jornal da Bahia, 23/01/1855).

Esses dois exemplos dos jornais baianos ilustram bem a necessidade de recuperação dos Senhores sobre as suas posses, visto que para conseguir reavê-los os caracterizavam em seus anúncios e ainda remunerava aqueles que os trouxessem ou ajudasse com informações cruciais a localizá-los.

O segundo modo de liberdade ilegal se dava através de uma fuga de grupos de escravos para um determinado local, dependendo da quantidade de escravos ali fugidos se formavam os quilombos, onde poderiam ser temporários em casos de poucos envolvidos ou contínuos quando se viam vários escravos ali reunidos.

Após a descrição das exceções contra a Alforria e os meios de libertações sem o devido documento, falar-se agora sobre a probabilidade de se conseguir o documento atestando o status de livre. A libertação dos escravos dar-se por alguns motivos específicos dentro da colônia lusa, A prática mais comum em relação a alforria se dava pela morte do seu senhor, a quem geralmente o escravo tenha servido o tempo suficiente para angariar o agrado do mesmo. Para garantir que de fato isso ocorresse, deveria estar expresso em testamento e em alguns casos o próprio patrão comunicava por escrito o tabelião mais próximo, a fim de não haver problemas e conflitos familiares. Outro meio se dava pela compra do próprio escravo, as vezes parcelado ou a vista, quando o mesmo conseguia juntar uma quantia previamente estipulada pelo seu proprietário, conhecido como sistema de coartação. Há alguns casos de alguma irmandade também efetuar a compra de escravos específicos (DA SILVA, Maria, 1999).

Importante ressaltar que tais procedimentos possuíam variações em suas quantidades, e que nem sempre se deu dessa maneira do início ao fim da escravidão, as relações são modificadas, os escravos possuem educação e ofícios diferentes uns dos outros, os conceitos a respeito de sua posição social também variavam bastante, assim como a sua qualidade de vida. Quando se fala em escravos, o imaginário traz um panorama igualitário entre os mesmos, todavia, a complexidade dos mesmos na construção econômica se mostrou presente e importante para a manutenção da colônia por tanto tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de utilização de mão de obra escrava no Brasil colônia reflete a macro estruturação econômica cíclica ocorrida por trezentos anos (Século XVI até 1822). A instituição da escravidão constituiu uma triste história que o Brasil ainda hoje vivencia direta ou indiretamente decorrente desse processo. Ao tratar inicialmente o escravo como mera mercadoria, os direitos inerentes a esses seres humanos foram cerceados, reduzidos e nos casos mais severos: extintos.

O trabalho em questão buscou apresentar uma visão econômica e social dos interesses da importação e de todo o comércio em torno do escravo africano; sem esconder ou amenizar a situação trágica ao qual a economia se sustentou basicamente sobre os ombros de homens e mulheres.

As relações mudaram desde a chegada do primeiro navio negreiro até 1822, o escravo depois de tanto tempo inserido dentro dessa sociedade, conseguiu angariar melhoras significativas de vida, se comparado com o processo doloroso das primeiras embarcações, porém a autoridade plena dos senhores sobre os escravos mostra essa difícil realidade. Os castigos também faziam parte da manutenção da ordem e da coerção violenta dos senhores para com os escravos, quando a rebeldia e o comportamento ultrapassavam limites não aceitos, reiterando a superioridade legal do proprietário.

O viés desse trabalho é entender de uma perspectiva econômica e social a partir da obra Formação do Brasil Contemporâneo, de Caio Prado Júnior, importante historiador que utiliza fontes para estabelecer uma análise interessante do período conhecido como América Portuguesa. Outros historiadores são contemporâneos de Caio e foram utilizados com o intuito de contribuir com demais informações a respeito do tema proposto. A bibliografia utilizada foi fundamental para se perceber que a economia colonial se desenvolveu por meio da mão de obra de pessoas que foram escravizadas: primeiro o nativo, depois fundamentalmente o africano.

Entender os aspectos geopolíticos e econômicos no processo da escravidão tende a elucidar a fim de entender que a realidade hoje tem uma origem histórica e conturbada no decorrer de quatro séculos aproximadamente. Caio Prado Júnior trabalha essas questões pelo viés da explicação econômica e não social, o que não retira o valor de sua obra através de sua narrativa informativa, mas por conta da época em que o mesmo escreve na primeira parte do século XX, as

preocupações que se dão hoje não se faziam presentes. A historiografia brasileira das últimas décadas contribuiu para aprofundar a temática da escravidão, e Caio Prado Júnior ainda permanece como um clássico dessa nossa historiografia.

A base histórica produzida por Caio Prado Júnior embasada em fontes confiáveis potencializam que novos historiadores e escritores possam traçar paralelos e comparações sobre determinada característica da época, no caso desse trabalho tem-se por objetivo analisar de maneira historiográfica os principais modelos econômicos que a Colônia Portuguesa possuiu ao utilizar o africano como principal fonte de mão-de-obra, ainda que escrava.

Portanto, as mudanças das principais atividades econômicas que utilizaram a mão-de-obra escrava desde o sistema *plantation* (baseado aqui na cana-de-açúcar), a exploração aurífera e de pedras preciosas, perpassando por atividades comerciais urbanas e domésticas, configura o sistema econômico através desse olhar. Entender sobre o passado é um meio de verticalizar o conhecimento e produzir opiniões acerca do que se visualiza nos dias atuais. Trabalhar com fontes e propagar história foi-se o objetivo desse trabalho de conclusão de curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras:

DA SILVA, Maria Beatriz Nizza. **História da Colonização Portuguesa no Brasil**. Lisboa: Colibri Artes Gráficas-LDA, 1999.

Diário da Bahia. Bahia: 14 de novembro de 1857.

Diário da Bahia. Bahia: 23 de janeiro de 1855.

Diário de Pernambuco. Pernambuco: 4 de janeiro de 1854.

FREIRE, Gilberto. **Casa-grande E senzala**. São Paulo: Global Editora, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira: **A Época Colonial**, São Paulo: Editora Bertrand Brasil S.A, 1993.

Intérpretes do Brasil. Volume 5. Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 2002.

JÚNIOR, Caio Prado. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6º Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

JÚNIOR, Caio Prado. **História Econômica do Brasil**. 26º Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1945.

LOIOLA, Maria Lemke. **Trajetórias Atlânticas, percursos para a liberdade: Africanos e descendentes na capitania dos Guayazes**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2018.

MATTOSO, Kátia M. de Queiroz. **Ser Escravo no Brasil**. 01º Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.

MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. **Abolição no Brasil, a construção da liberdade**. Campinas: Revista Histedbr, 2009.

MESGRAVIS, Laima. **História do Brasil Colônia**. São Paulo: Editora: Editora Contexto, 2015.

MILLER, Joseph C. **O Atlântico escravista: açúcar, escravos e engenhos**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1997.

NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1974.

REIS, José Carlos. **Anos 1960: Caio Prado Júnior e “A Revolução Brasileira”**. Revista Brasil História, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **Tiradentes**. Rio de Janeiro, Editora Global, 1992.

ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Ângela Vianna. **Dicionário histórico das Minas**

Gerais. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil Colonial.** 1º Edição. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

WEHLING, Arno. WEHLING; Maria José C. M. **Formação Colonial do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A., 1994.